



registadas na última década. No quadro de globalização em que vivemos, uma e outra perspetiva são indissociáveis.

Nunca é demais afirmar que a delinquência juvenil não é um fenómeno exclusivo das sociedades contemporâneas; existiu desde sempre e em todos os grupos sociais, variando simplesmente a forma como se caracteriza e se torna visível ao longo dos tempos. De igual modo, também a preocupação social sobre este problema social não é nova. Porém, nos dias de hoje, adquire um especial relevo pelas questões que coloca em causa no seio de uma determinada sociedade, umas aparentemente recentes, outras mais antigas, mas eventualmente com novos contornos e roupagens decorrentes da evolução da realidade social. Umas e outras encerram importantes desafios e renovadas tensões cuja análise se procura trazer para discussão neste texto em torno de cinco eixos de orientação: situação demográfica e desigualdades territoriais; mudança social e transições juvenis; segurança e justiça em contexto de contraterrorismo; contributos emergentes das neurociências; e a construção sociodigital da delinquência.

1. Situação demográfica e desigualdades territoriais

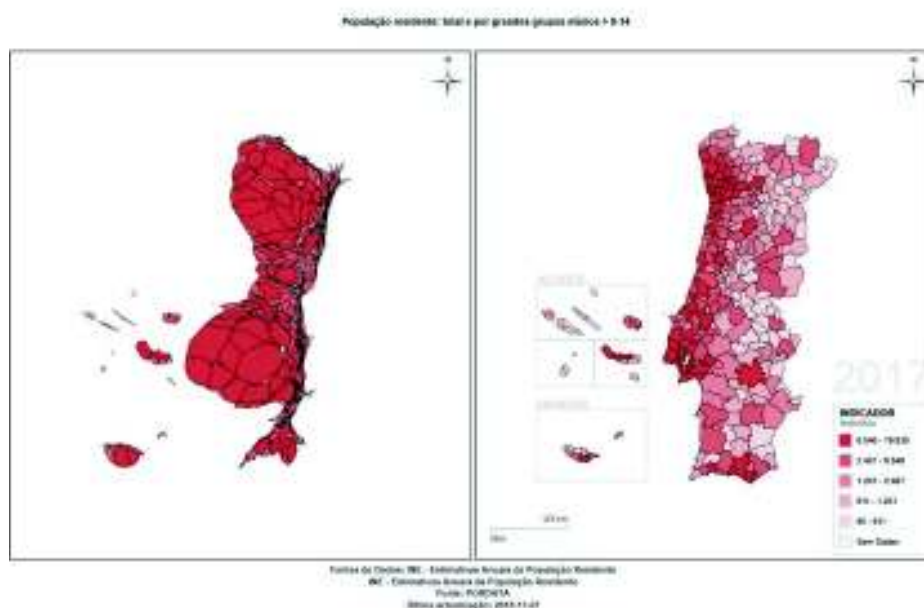
A situação sociodemográfica em Portugal é o primeiro ponto em análise. A diminuição do número de crianças residentes no território português nas últimas décadas é uma realidade que se converteu no desafio mais grave que o país enfrenta na atualidade, ameaçando o crescimento económico e a prestação de serviços públicos ou o sistema de pensões. O principal problema não é as famílias não terem filhos, mas sim não terem mais de um, essencialmente em função da situação económica precária e dificuldades dos casais jovens em acederem a melhores condições de vida (Valente Rosa & Mendes, 2014; Freitas et al., 2017).

Assim sendo, as crianças estão a tornar-se um recurso cada vez mais escasso. Esta situação resulta de um duplo envelhecimento da estrutura etária da população portuguesa que atinge tanto a base como o topo: à progressiva queda da taxa de natalidade associa-se o aumento da esperança de vida, com o consequente crescimento da representatividade dos grupos etários mais velhos. Com uma população registada de 10.300.000 residentes em 2017, o escalão dos 0 aos 14 anos representou 13,8% do total enquanto o dos indivíduos com idade igual ou superior a 65 anos cresceu e atingiu os 21,3% (PORDATA, 2019).

Nos últimos 40 anos, o declínio do número de crianças residentes foi registado em todas as regiões, embora em ritmos diferentes e, hoje, em algumas zonas, a sua existência é meramente residual. A desertificação do interior rural contrasta com a sobrerrepresentação de crianças nas duas áreas metropolitanas, Lisboa e Porto (Figura 1). Urbanização, litoralização e metropolitização são os três fenómenos marcantes na evolução do ordenamento do território português. Neste âmbito, as distâncias espaciais traduzem também as distâncias sociais estabelecidas na interação entre indivíduos e na relação dos indivíduos com o Estado e os serviços públicos. Um desafio acrescido à gestão de recursos na implementação de uma justiça juvenil assente num princípio de proximidade consagrado à luz da igualdade de direitos (Carvalho, 2018a).

Figura 1

Mapa de Portugal distorcido (PORDATA):
População residente por concelho, por grupos de idade de 0 a 14 anos (2017)



Fonte: PORDATA, Fundação Francisco Manuel dos Santos (2019)

As desigualdades territoriais expressam níveis diferenciados de acesso a serviços básicos. Na última década, tribunais, equipamentos de saúde, ensino, segurança social, emprego e outros de caráter público foram fechados, reduzidos ao mínimo ou até extintos, com especial incidência nas regiões interior e rural, mas também nas áreas metropolitanas. Em certos domínios, a oferta existente foi centralizada emergindo grandes assimetrias entre as populações em função do local de residência. Paradoxalmente, nem sempre onde vivem mais crianças e jovens há os recursos em número suficiente, sobretudo nas áreas da educação, intervenção precoce, saúde e ação social, o que constitui um constrangimento acentuado para muitas famílias, independentemente da região onde vivem (Carvalho & Salgueiro, 2018). Trata-se de uma limitação que interfere diretamente com a possibilidade de execução de determinadas medidas judiciais, seja de promoção e proteção como tutelares educativas, pela inexistência de redes efetivas de suporte e apoio nas comunidades de origem.

2. Mudança social e transições juvenis

Concomitantemente às desigualdades territoriais, as desigualdades sociais são uma imagem distintiva de Portugal em comparação com outros países europeus, associadas a elevados níveis de pobreza e exclusão social, particularmente na infância. O fosso económico entre famílias de diferentes origens sociais, expresso na distribuição fortemente assimétrica de rendimentos entre os mais pobres e os mais ricos, continua acentuado e as crianças são um dos grupos sociais mais vulnerável à pobreza (Sarmiento et al., 2014). As taxas de pobreza infantil portuguesas (24,2% em 2017) estão entre as mais altas da União Europeia, afetando principalmente crianças com três ou mais irmãos, em famílias monoparentais ou em agregados familiares chefiados por uma pessoa desempregada (Diogo, 2018).

Atualmente, não existe somente uma maior diversidade social e cultural. Com as transformações na família, crianças e jovens vivem uma variedade de relacionamentos familiares e sociais, simultâneos e mais complexos. O número de famílias monoparentais e famílias reconstituídas cresceu na última década, tendo agora uma forte presença no território nacional. É um contexto ainda marcado pela influência de longa data das tradições católicas, mas atualmente combinadas com uma nova flexibilidade e fluidez em relação aos valores da família. O casamento diminuiu, menos filhos, uma redução na dimensão das famílias, mas a família permanece central na vida social (Wall et al., 2015; Meysen & Kelly, 2018).

Constituindo a violência doméstica um problema muito grave no país, afigura-se especialmente preocupante as conclusões de diversos estudos nacionais sobre a legitimação da violência manifestada em contextos de intimidade juvenil: 67% dos jovens inquiridos no estudo anual coordenado pela UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta (2019) legitimam pelo menos um comportamento de violência no namoro sendo a legitimação mais elevada nos/as que reportaram indicadores de vitimação (75%).¹ A par das elevadas taxas de vitimação, com a violência psicológica à cabeça (34%), seguida das perseguições (31%), violência através das redes sociais (21%), situações de controlo (19%), violência sexual (13%) e violência física (11%)., associam-se elevadas taxas de legitimação da violência ao responderem aceitar o controlo (27%), a perseguição (24%), a violência sexual (24%), a violência através das redes sociais (23%), a violência psicológica (16%) e a violência física (9%) (UMAR, 2019). Estes dados obrigam a uma reflexão profunda sobre o seu significado tanto no presente, pela naturalização da violência que se toma como norma nas relações sociais e contextos de vida (Carvalho, 2010, 2018c), como em relação aos seus efeitos no futuro, pela potencial perpetuação e/ou agravamento dos índices de violência doméstica no país.

Crianças e jovens em Portugal são agora mais instruídos, mais qualificados do ponto de vista académico, sendo significativo que grande parte, ao chegar ao final da adolescência, já tenha ultrapassado os níveis de escolaridade dos pais. Apesar das mudanças consideráveis num curto espaço de tempo, a emergência tardia da modernidade mantém-se refletida negativamente em alguns indicadores do sistema de ensino, como a taxa de abandono escolar, que permanece alta (11,8%, em 2018, quando em 1992 atingia os 50%) e superior à média da União Europeia (PORDATA, 2019).

Outro indicador negativo, prende-se como facto de, à medida que a idade aumenta, cresce também a percentagem de jovens que tomam medicação, psicofármacos e outros produtos: 8,8% aos 13 anos, 15,9% aos 15 anos, 22% aos 17 anos e 23,2% no grupo dos 18 anos (DGS, 2017). Este não é um problema exclusivo da infância e juventude (Carvalho, 2018b). As autoridades oficiais reconhecem que Portugal é um dos países da União Europeia que apresenta, desde há anos, uma das mais elevadas taxas de prevalências de doenças e problemas do foro da saúde mental, uma das principais causas de incapacidade na população. Por outro lado, a realidade é que uma parte significativa do universo dos indivíduos que sofrem de doenças mentais graves, incluindo crianças e jovens, permanece sem acesso a

¹ UMAR-União de Mulheres Alternativa e Resposta 2018, com apoio da CIG. Amostra de 4.938 jovens de todos os distritos do país (Portugal continental e arquipélagos dos Açores e Madeira), do ensino básico e secundário, entre os 11 e os 20 anos, com uma média de idades de 15 anos, sendo 54% raparigas.

cuidados de saúde mental e muitos do que têm acesso não usufruem dos modelos de intervenção mais adequados (programas de tratamento e de reabilitação psicossocial) (DGS, 2017).

As novas gerações entram mais tarde no mercado de trabalho, a maioria em condições mais precárias do que seus pais, casam e decidem ter filhos também mais tarde (Vieira et al, 2015). Apesar do forte progresso no papel e posição social das mulheres na sociedade portuguesa, mantém-se ainda presente a reprodução de desigualdades de género, um problema transgeracional em muitas famílias, e que acaba igualmente por estar presente em algumas formas de delinquência juvenil (Duarte & Carvalho, 2017). Crianças e jovens revelam uma falta de expectativas sobre o seu futuro, aliado a um aparente menor interesse geral pela política partidária. Contudo, ao estarem mais conectados pelo mundo digital, promovem novas formas de participação cívica, nomeadamente através de redes sociais, e revelam-se mais ativos em movimentos sociais (Carvalho, 2018c).

Sendo a autonomia uma tarefa desenvolvimental distintiva do período da adolescência, vive-se, no tempo presente, um paradoxo: “*cresce-se mais cedo, mas *emancipa-se* cada vez mais tarde*” (Pappámikail, 2010: 398). Se até recentemente a autonomia era definida na base da separação e desvinculação da família e entrada no mercado de trabalho, esse entendimento é hoje colocado em causa pelos modos de vida juvenis que tornam visíveis as novas formas de transição para a vida adulta em que não mais é possível falar de um percurso linear e sincronizado dos eixos escolar-profissional e familiar-matrimonial (Singly, 2005). Evidencia-se a necessidade de compreender a construção da autonomia e das transições juvenis num plano de interdependências em que interferem múltiplas variáveis internas e externas. Nas sociedades ocidentais, o alongamento da condição de jovem e do período de tempo da juventude é um facto indiscutível (Scott et al., 2016). Contudo, para muitos jovens abrangidos por medidas judiciais, a transição para a vida adulta tende a acontecer mais cedo do que para a maioria dos pares da mesma idade, mas de diferentes origens sociais. Num mundo marcado pela individualização, pela (des)responsabilização e dispersão em termos de referências e valores, a tarefa da autonomização torna-se muito complexa para qualquer indivíduo, mais ainda quando o suporte familiar e social é mais vulnerável (Carvalho & Salgueiro, 2018).

3. Segurança e justiça em contexto de contraterrorismo

Os ataques terroristas ocorridos nos últimos anos, nos mais diversos pontos do planeta, trouxeram para o centro da agenda pública as políticas de segurança e de justiça. Vive-se num tempo marcado por uma cultura de controlo, assente primordialmente numa deriva securitária (Cartuyvels & Bailleau 2014; Rapoport, 2016), que conduz à prevalência de orientações de tolerância zero em detrimento da prioridade à prevenção (De Jongh, 2018; Vanhove & Carvalho, 2018). No contexto europeu, o clima de medo pela possível repetição de novos ataques reflete-se diretamente na intervenção dos sistemas de proteção da infância e de justiça juvenil, muito em especial junto de quatro categorias sociais emergentes que vêm a suscitar especial preocupação em diversos países (França, Bélgica, Reino Unido, Países Baixos, Áustria, Espanha, Alemanha, Itália, Grécia, entre outros):



- a) As crianças e os jovens em processos radicalização;
- b) As crianças e os jovens suspeitos/acusados/condenados por envolvimento em práticas relacionadas com atos de terrorismo;
- c) Os filhos dos *foreign fighters*;
- d) Os menores não acompanhados.

Radicalização, extremismo violento e terrorismo são três conceitos que não se sobrepõem entre si embora, em certos casos, possam surgir interrelacionados. É, por isso, necessário compreender o âmbito de cada um isoladamente para que possa ser posta em prática a intervenção mais adequada (De Jongh, 2018). Os Estados têm o dever de proteger a sociedade de ameaças severas relacionadas com atividades de terrorismo e de extremismo violento por parte de diferentes grupos e indivíduos associados a motivação religiosa, ideológica, política, cultural, ou desportiva, entre outras possíveis. Nos casos de crianças e jovens menores de idade suspeitos, acusados ou condenados de envolvimento em práticas desta natureza impõe-se a defesa da comunidade em estreita articulação com o cumprimento das normas internacionais ratificadas sobre os Direitos da Criança orientadoras da intervenção social e judicial (Mavronicola, 2016). Não é, de todo, tarefa simples. A ampla e distorcida mediatização destas temáticas influem na construção de crenças e estereótipos na comunidade que reforçam o alarme social e potenciam um maior isolamento e individualismo.

Nos países onde estas problemáticas têm adquirido visibilidade tem-se constatado que, em muitas das situações de envolvimento em práticas relacionadas com terrorismo e extremismo violento, crianças e jovens foram alvo de recrutamento por determinados grupos acabando por ficar sujeitos a coação, violência e abuso, de natureza diversa (psicológica, emocional, física, sexual), daí resultando a sua dupla condição de agressor e vítima (De Jongh et al., 2018). O risco da sua estigmatização e marginalização, a par da necessidade de reabilitação e inserção social na comunidade, são assuntos centrais no debate político europeu visando a construção de melhores estratégias e respostas para a prevenção destes problemas sociais (Vanhove & Carvalho, 2018). Neste âmbito, a discussão sobre a administração da justiça juvenil tem-se centrado nos modelos de intervenção a implementar junto destes casos particulares:

- i) Se através de uma abordagem generalista ou se uma de natureza especializada, em tribunais especializados; e
- ii) Numa perspectiva que coloca estas crianças e jovens como vítimas ou agressores ou se é possível uma abordagem híbrida que articule as duas posições anteriores.

A confidencialidade e a cooperação são dois princípios que se revelam estruturantes e exigem das entidades e profissionais uma maior especialização e permanente atualização de conhecimentos.

Num plano similar, para as quase duas centenas de milhar de menores não acompanhados entrados na Europa desde 2008, a privação de liberdade tem sido recorrentemente usada como forma de controlo, colocados numa diversidade de ‘novas instituições’ (i.e., centros de recepção, de acolhimento, de transição, de refugiados, entre outras designações), sobretudo com base em medidas administrativas. As desigualdades arrastam-se e a negação de direitos, mesmo na condição de crianças soldado ou de requerentes de asilo por fuga a conflitos, é a triste realidade prolongando-se, de modo quase indefinido, na vida de muitas crianças e jovens assim como acontece com muitas famílias imigrantes.

Por outro lado, a incapacidade de definição de um plano europeu (ou nacional) para o estabelecimento de medidas e procedimentos a concretizar junto dos filhos (e familiares) dos *foreign fighters*, que ainda se encontram em zona de conflito, é bem revelador da extrema complexidade que estas matérias encerram e de como se torna difícil promover o equilíbrio sustentado entre segurança e direitos da criança.

Fica claro que, no atual quadro de globalização, os modos de vida se estruturam em torno de um ideal de ordem social que se afasta de todos os tradicionais sendo determinantes a transnacionalização dos problemas sociais e a perceção de risco, individual ou coletiva. No contexto de contraterrorismo que atravessa toda a Europa e ao qual Portugal não pode ser alheio – pese a menor visibilidade pública de casos desta natureza no país –, constata-se que à diluição e enfraquecimento dos mecanismos de controlo social informal se contrapõe o aumento das expectativas sobre o sistema de justiça, junto do qual indivíduos e grupos sociais exigem um maior controlo e regulação dos comportamentos de crianças e jovens. É aos mecanismos de controlo social formal que são delegadas funções que, até recentemente, eram asseguradas de modo informal nas comunidades, numa transposição de papéis sociais (Carvalho, 2018c).

Esta é uma tendência que se vê exacerbada na sociedade portuguesa. A recorrente omissão, e até mesmo desresponsabilização, de famílias e comunidades na procura de respostas e medidas de carácter informal, atempadas, para a intervenção junto de problemas de comportamento de crianças e jovens leva a que muitos casos passem diretamente para a esfera do controlo social formal, seja ao nível das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens como dos Tribunais, o que acaba por ter efeitos perversos pela judicialização de ações que poderiam ser resolvidas noutro âmbito, em mediação informal, à semelhança do que ocorre noutros países.

A nível global, assiste-se à prevalência de uma visão neoliberal que afasta do Estado e da responsabilidade coletiva a gestão de riscos, nas mais diversas esferas da ação social, transpondo-a para a responsabilidade individual, situação que pode acentuar o reforço das desigualdades sociais e da seletividade da justiça na execução das medidas aplicadas a crianças e jovens (Wacquant, 2009). No quadro da privatização e desinstitucionalização das relações familiares, em paralelo à institucionalização dos tempos da criança através do “ofício de aluno” (Sarmiento, 2004), a realidade é que detecta-se um aparente reconhecimento dos direitos das crianças, mas os seus discursos ainda são relativizados pela maioria dos adultos. As possibilidades de participação na vida social que lhes são conferidas pelo Estado e



comunidades, na qualidade de cidadãos de pleno direito, estão distantes dos ideais consagrados juridicamente.

O ‘princípio do mercado’ ganhou força além do campo económico e coloniza funções do Estado ao mesmo tempo que atinge a estrutura social. Tudo gira em função de uma ideia de eficácia, assente na perspectiva de lucro, de valor económico, que qualquer intervenção judicial possa gerar em detrimento do valor social da criança e valor social da própria justiça, chave-mestra para a manutenção da coesão social num dado contexto. Ao esvaziamento de recursos da investigação criminal e dos próprios tribunais, num tempo marcado pela complexificação dos modos de vida na infância e juventude que exige novas formas e instrumentos de cooperação entre diferentes jurisdições associa-se, mais frequentemente do que seria desejável, a escassez de respostas adequadas na comunidade para a execução de medidas judiciais.

O delicado equilíbrio entre a vontade individual e a norma constitui um problema social, em contextos em que se deseja que a procura e o acesso à igualdade de direitos seja real, concreta, e não apenas meramente formal como se encontra consagrada no texto da lei. Assim se justifica a intervenção do Estado na regulação das esferas privada e pública. Todavia, ultrapassar discursos e práticas conflitantes e passar da “law-in-books” à “law-in-action” (Santos, 1986: 180) permanece como o maior desafio no tempo presente nas sociedades ocidentais.

Os resultados do projeto internacional *PROMISE – Promoting Youth Involvement and Social Engagement – Opportunities and challenges for conflicted young people across Europe*, que integrou uma equipa portuguesa, sob a coordenação da Prof. Doutora Raquel Matos, da Universidade Católica Portuguesa, revelam como a delinquência juvenil no país continua a ser fortemente associada a problemas estruturais. Pode ler-se no relatório nacional “in the trajectories of young people with State measures, especially those under the Youth Justice Act, the conflicts they faced were closely related to structural contingencies and inequalities, such as socioeconomic, territorial or gender disadvantage, stigmatization based on behaviour or place of origin, and social and educational marginalization.” (Matos et al., 2018).² Esta é uma dura realidade que revela como as desigualdades sociais e de género continuam a ser traço marcante na caracterização dos jovens em situação de conflito que tendem a chegar aos tribunais pelo que se revela crucial o conhecimento sobre os processos de aprendizagem social da delinquência.

² *PROMISE-Promoting Youth Involvement and Social Engagement – Opportunities and challenges for conflicted young people across Europe*, projeto financiado pela Comissão Europeia, Horizon 2020 Research and Innovation Programme, Grant Agreement no. 693221, em execução entre maio de 2016 e abril de 2019, envolvendo 12 instituições parceiras (Estónia, Finlândia, Alemanha, Itália, Portugal, Eslováquia, Espanha, Federação Russa, Croácia e Reino Unido). Coordenação de Jo Deakin, University of Manchester, Faculty of Law. Representação portuguesa a cargo de equipa da Universidade Católica Portuguesa, Porto: Raquel Matos (Coordenação), Luísa Campos, Luísa Mota Ribeiro, Mariana Negrão, Filipe Martins, Alexandra Carneiro e os alunos de Mestrado Susana Mendes, Ana Filipa Lima, Maria João Vilar, Rosa Isabel Castro, Catarina Mota, Catarina Oliveira e Ana Carolina Oliveira. Participação portuguesa no International Advisory Group a cargo da autora deste texto.



A aprendizagem social da delinquência

A delinquência é um problema das sociedades atuais, urbanas e globais. Constitui um traço fundamental da análise social das dinâmicas e mudanças sociais num dado contexto. Para diversos autores (Cusson, 2006; Wacquant, 2007; Moignard, 2008; Sampson 2012), desde os anos 1990 que os desvios e violências em contexto urbano revelam ruturas sociais fortemente associadas a uma delinquência crónica, persistente, que não provém somente de carências afetivas e educativas mas tem a sua origem em segmentos da população e em territórios urbanos duramente atingidos por fatores de desvantagem social e até de exclusão. As múltiplas desvantagens sociais tendem a reforçar-se entre si e a repercutir-se num baixo nível de confiança que se estabelece em relação ao(s) “outro(s)”, processo a partir do qual enfraquecem as expectativas para o desenvolvimento do controlo social e de uma ação coletiva junto das crianças (Elliot et al., 1996; Sampson et al., 1997). A eficácia coletiva depende da construção de relações de confiança estabelecidas com o(s) “outro(s)” que satisfaçam tanto necessidades pessoais como sociais que não podem ser dissociadas do território onde se concretizam.

Trata-se, por isso, de uma delinquência mais complexa, pois aos aspetos individuais recorrentemente identificados tende a associar-se, nestes espaços, uma concentração de vulnerabilidades e riscos sociais que são aproveitados e explorados por indivíduos e redes que funcionam com base num enquadramento e organização que ultrapassa as fronteiras de bairros, cidades, por vezes de regiões e até, em alguns casos, de países.

Como amplamente demonstrado na literatura científica (Sutherland, Cressey e Matza), a delinquência tende a ser aprendida na interação social pelo que é relevante a associação de crianças e jovens a modelos de referência criminais e delinquentes: quanto mais um indivíduo se associar a padrões delinquentes, maiores as probabilidades de vir a delinquir. Nestes padrões, incluem-se os de natureza familiar e a transgeracionalidade deste problema social, à semelhança de outros, não pode ser desvalorizada (Carvalho, 2010), o que conduz ao questionamento dos estilos e dos processos de aprendizagem que os pais constroem com os filhos no sentido de lhes inculcar (ou não) a adesão aos valores da sociedade.

Mas não basta uma criança ou jovem estar na presença de modelos de não conformidade social. Acresce a necessidade de considerar a existência de janelas de oportunidades a nível relacional e territorial – agora extensiva aos novos territórios virtuais, aos ambientes digitais –, que favorecem a prática de atos delinquentes (Cloward & Ohlin 1970), a que se associa o papel que os mecanismos de reforço ou de punição têm neste processo. Estes mecanismos tenderão a ser incorporados no contexto de grupos e em espaços em que se procura anular a ação para a conformidade, compelindo e reforçando os indivíduos a delinquir (Akers, Krohn e Bandura). Revela-se, pois, fulcral na passagem ao ato delincente a existência de pessoas de referência em determinados campos da vida social que promovam esse processo, que pode favorecido pela fraca partilha de confiança, vontades, expectativas e interesses comuns de uma comunidade relativamente ao controlo social informal, o que se reflete diretamente na educação das crianças (Sampson & Groves, 1989).

Desta conjugação, pode resultar a vivência do ato delinquente como uma forma gratificante e desafiante de socialização para a criança ou jovem, ligada a um estatuto social que lhe confere um determinado reconhecimento e importância no contexto familiar e social em que vive. Além disso, através da delinquência pode ter-se a possibilidade de desempenho de papéis sociais específicos que promovem a maior facilidade de acesso a sistemas de oportunidades locais. Por outro lado, a delinquência pode constituir, por assim dizer, um sinal de que se está vivo e de que se dispõe de competências pessoais e sociais para participar na vida social, mesmo que isso implique a violação de normas e leis, umas vezes de modo mais consciente do que noutras.

A ineficácia ou dificuldades dos controlos sociais, tanto a nível informal como formal, acaba por ser determinante na forma como as crianças e jovens antecipam e percecionam os efeitos da delinquência, bem como o do investimento da sociedade sobre elas próprias, o que facilita a não interiorização dos controlos internos convencionais. Gradualmente, o sucesso dos primeiros atos delinquentes vai assumindo uma crescente expressão que facilmente se verbaliza e a experiência acumulada potencia a aceitação e interiorização de que se trata de um caminho passível de continuar a ser desenvolvido. De uma socialização inicialmente marcada por uma lógica de transmissão e orientação nas práticas delinquentes assiste-se, progressivamente, à emergência de uma lógica de poder sustentada a partir do reconhecimento social obtido, a que se associa uma crescente capacidade e competência de regulação individual da ação da criança que a revela parte ativa na construção da sua própria socialização, visando determinadas oportunidades em detrimento de outras (Carvalho, 2010).

Isto é particularmente notório no modo como se passa a selecionar o perfil de vítimas e de ações a desenvolver. Não é por isso de estranhar que várias crianças, logo em idades bem precoces, expressem a perspetiva de um futuro pessoal e profissional na delinquência e no crime, através dos quais consideram poder vir a adquirir um estatuto socioeconómico valorizado e superior ao que pensam ser possível alcançar por uma via de conformidade social através da escolaridade e do trabalho. Importa não esquecer como alguns dos modelos de socialização, em torno de ídolos que marcam alguns dos estilos de vida largamente difundidos para a infância e juventude, estão claramente envolvidos em marginalidade ou criminalidade e promovem ou incentivam os mais novos a esse tipo de práticas.

Muitas vezes, a violência parece ser percecionada e interiorizada por crianças e jovens como um fenómeno 'natural', tal é a recorrência com que tende a manifestar-se no contexto das relações próximas, independentemente da origem social e local de residência. Mais do que falar em subculturas delinquentes, terá de se questionar o eventual alargamento de uma noção e cultura de violência que se vai aceitando passivamente no quotidiano num nível que ultrapassa as mais variadas fronteiras (familiares, do grupo de pares, de bairros, cidades e até mesmo de países).

Daqui decorre também a necessidade de considerar que as crianças têm a palavra em múltiplos tipos de relações e podem resistir às desigualdades de origem e à ação de instituições, podendo desenvolver trajetórias consideradas atípicas (Gavarini, 2006). Algumas conseguem desenvolver as estratégias de evitamento de determinados problemas sociais,



como a violência e a delinquência, mantendo-se pacíficas no meio de quadros de vida muito violentos. Daí que a transversalidade surja como uma necessidade imperiosa para perceber como estes espaços e patamares interagem uns sobre os outros.

A leitura destes fenómenos é complexa. Na atualidade, incivilidades, desordens, delinquências, pequena e grande criminalidade, criminalidade nacional e transnacional, interpenetram-se e entrecruzam-se nos mais diversos níveis e dimensões da vida social produzindo realidades sociais dinâmicas e de difícil controlo (Lourenço, 2009). No quadro de globalização, marcado por processos de intensa e permanente, mas também difusa, mediatização, que se traduzem na amplificação dos problemas sociais, torna-se imprescindível a reafirmação de que a violência não tem nada de natural, sendo um fenómeno socialmente construído que constitui uma das mais fortes violações no campo dos Direitos Humanos.

A relevância atribuída à idade dos primeiros ilícitos

Um assunto pertinente no estudo da delinquência diz respeito à relevância atribuída à idade com que se cometem os primeiros ilícitos. Nas décadas de 1980-90, este enfoque ganhou corpo tendo-se assistido ao lançamento de uma série de linhas de investigação em vários países, muitas das quais ainda hoje permanecem ativas trazendo importantes contributos (Laub & Sampson, 2006; Loeber et al. 2013; Farrington et al., 2017). Neste âmbito, tem sido constatado que a prática de delinquência por crianças menores de 13 anos constitui fator de risco acrescido para o desenvolvimento de trajetórias criminais crónicas, marcadas por atos de maior violência e gravidade em comparação com outras em que o início das atividades delituosas ocorreu em idade posterior. Quando se analisa a evolução e se identifica os processos de mudança nesse percurso (manutenção, desistência, reincidência, agravamento), observa-se que o início precoce nestas atividades se encontra frequentemente associado a formas de delinquência mais graves e persistentes ao longo de uma vida, sendo desejável o desenvolvimento de uma intervenção atempada que não desvalorize os primeiros sinais de alerta. De igual modo, fica claro nestes estudos que nem todas as crianças que praticam atos delinquentes vêm a manter-se neste mundo ou a passar, mais tarde, para o do crime; isso acontece somente para uma minoria. Não existe determinismo social e, partindo da análise dos percursos de vida de jovens e adultos que entraram em contacto com sistemas de justiça nos mais diferentes pontos do mundo, o atual debate sobre esta temática ocorre à volta de um amplo campo de probabilidades em que se conjugam vários fatores e circunstâncias individuais e sociais.

Mesmo perante o estabelecimento de metas a nível europeu tendo em vista a prevenção do envolvimento de crianças na delinquência, não é consensual a importância atribuída a este problema social e assiste-se por vezes à sua relativização quer por parte de interventores sociais quer por decisores políticos, inclusivamente através da tomada de posições que pretendem ignorar a sua existência (Imloul, 2008). Alguns justificam esta atitude pelo reduzido número de indivíduos identificados pelas autoridades policiais ou judiciárias, desvalorizando que recorrentemente os seus modos de vida encerram o não cumprimento dos direitos das crianças consubstanciado em convenções internacionais. Mais do que ficar por um olhar



restrito às estatísticas oficiais, há que ponderar uma outra dimensão desta problemática, eminentemente de natureza social, que inclui o conhecimento sobre o que escapa à ação oficial e em relação ao qual se desconhece a verdadeira dimensão. Uma ação eficaz requer uma intervenção atempada.

Uma preocupação renovada: de ‘crossover youth’ a ‘dually-involved’

Em estreita relação com o ponto anterior, um dos maiores desafios à administração dos sistemas de proteção e justiça juvenil nos mais diversos pontos do globo diz respeito aos jovens com experiência de vitimação que se envolvem também em delinquência, designados na literatura científica por “crossover youth”, e aos que, por esse motivo, acabam por cruzar, em simultâneo (“dually involved”), a ação dos sistemas de proteção à infância e de justiça (Herz et al., 2010; Goldstein, 2012). Esta é uma realidade que a literatura científica destaca evidenciando a importância crescente desta categoria tanto a nível nacional como internacional (Carvalho & Salgueiro, 2018).

Apesar das intensas transformações nos modos de vida e transições juvenis na contemporaneidade, uma tendência permanece. Embora os jovens não sejam responsáveis pela maioria dos delitos registados criminalmente, a taxa de prevalência na prática de ilícitos durante a juventude é elevada e aumenta no final da infância até atingir um pico na fase da adolescência (15-19 anos), a partir da qual tende a diminuir (Laub & Sampson, 2006; Loeber et al., 2013; Farrington et al., 2017). As ocorrências registadas judicialmente nas sociedades ocidentais revelam, globalmente, que os delitos tendem a ser cometidos desproporcionalmente por jovens, principalmente oriundos de certos territórios marcados pela concentração territorial de desvantagens sociais, que são mais propensos a serem referenciados pelas forças de segurança do que qualquer outro grupo populacional. Sendo a delinquência um fenómeno transversal a todos os grupos sociais, levanta-se a questão de saber até que ponto esta diferenciação resulta da eficácia dos mecanismos de controlo social informal e/ou das diferentes perceções e seletividade dos mecanismos de controlo social formal sobre determinados grupos sociais.

Importa reter que a maioria das crianças e jovens com uma medida de proteção não suscita necessidade de intervenção da justiça juvenil. Contudo, é significativo que a evidência científica internacional aponte que dois em cada três jovens referenciados a sistemas de justiça juvenil tenha sido vítima de abusos e/ou maus tratos, sendo expressivo o número daqueles que tiveram experiências anteriores de acolhimento residencial ou familiar (Herz et al., 2010; Young et al., 2015; HLFPR 2016; Kolivoski et al., 2017). Em diferentes estudos neste campo, destaca-se que os jovens procedentes de medidas de proteção tendem a entrar em sistemas de justiça juvenil em idades mais novas, a ser condenados/sancionados por delitos menos graves (parte dos quais não seria habitualmente sancionado se ocorresse apenas no seio da família), a apresentar riscos e necessidades mais específicas e complexas no campo do desenvolvimento emocional e da saúde mental, sofrendo traumas resultantes de uma multiplicidade de rejeições que sofreram nos seus quadros de vida e na experiência no sistema de proteção (Young et al., 2015; HLFPR 2016; McFarlane 2017; Wright et al., 2017).



E a questão que se levanta é a de saber se parte desta população teria, de facto, necessidade de passar a este patamar ou se não é por uma certa inação, incapacidade ou dificuldade dos sistemas de proteção em lidar com a maior diversidade de problemas de comportamento na infância e juventude que isto acontece, muitas vezes, já tardiamente na vida dos jovens. Naturalmente, trata-se de uma negação dos princípios de uma ‘justiça amiga das crianças’, conforme expresso nas *Diretrizes para uma Justiça Amiga das Crianças* adotadas pelo Comité de Ministros do Conselho da Europa sobre a Justiça adaptada às crianças, em 17 de novembro de 2010. A verdade é que a literatura científica destaca que este é um problema sério que tende a decorrer pela desvalorização dos primeiros sinais de alerta a par da falta de preparação, formação e supervisão das equipas e profissionais na comunidade em intervir perante a crescente complexidade nos quadros de vida de crianças e jovens na atualidade. Deste modo, acaba por ser aos sistemas de justiça que é cometida (tardiamente) a resolução dos problemas, muitas vezes resultantes de vulnerabilidades sociais ou de saúde mental na base das práticas delinquentes que deveriam ter sido objeto de intervenção atempada nos sistemas de proteção ou da saúde, com respostas especializadas para uma maior eficácia.

4. Contributos emergentes das neurociências

Os progressos registados no domínio das neurociências nos últimos anos potenciam uma compreensão mais profunda sobre como experiências adversas na infância alteram o desenvolvimento do cérebro e podem afetar o funcionamento do sistema neurocognitivo da criança e a forma como se relaciona com os outros no presente e no futuro. Contudo, crianças e jovens não crescem no vácuo e é o contexto social em que vivem que significativamente funciona a favor ou contra o seu desenvolvimento biopsicossocial (Laub & Sampson, 2006; Duncan & Magnusson, 2012; Brito & Noble, 2014).

A literatura científica mostra que o stress associado a uma trajetória pessoal em condições de privação social, em ambientes linguísticos empobrecidos ou a exposição regular a traumas e violência são alguns dos fatores-chave mais importantes que afetam o desenvolvimento do cérebro na infância. As consequências a longo prazo podem incluir uma vasta gama de situações, desde problemas de saúde mental e física, dificuldades relacionais e educacionais e, até mesmo, um possível maior envolvimento em práticas delinquentes e criminais (Perry, 2004; Seidman & Keshavan, 2015).

Nesta ordem de ideias, impõe-se trazer para o debate atual sobre a administração da justiça juvenil três evidências constatadas no campo das neurociências (Maroney, 2009; Steinberg, 2013; Shen, 2013; Noble et al., 2015; Noble, 2017):

- i) Extensão do período de desenvolvimento do cérebro num alongamento que se prolonga para a vida adulta;
- ii) O cérebro do adolescente está altamente sujeito, no seu funcionamento, à influência da recompensa e dos pares, mais do que noutros períodos da vida;

- iii) Experiências adversas e traumáticas na infância afetam significativamente o desenvolvimento do cérebro refletindo-se no presente e no futuro do indivíduo.

Dada a natureza destas orientações, as neurociências têm vindo a transformar o debate sobre o papel que a idade deve desempenhar no campo da lei e da justiça. É a própria administração da justiça juvenil (entre outros sistemas sociais) que se vê colocada em causa. O debate tem feito emergir uma visão dicotómica sobre o entendimento acerca da natureza da intervenção a desenvolver (Shen, 2013), se assente numa perspetiva que segue uma norma de individualização dos problemas sociais, em que o foco é o indivíduo e as suas responsabilidades na ação social, ou se a abordagem deve privilegiar a visão dos problemas sociais como estruturantes na sociedade, logo o foco é a relação social.

A controvérsia é grande e não é clara a forma como se deve avançar na melhoria dos sistemas de justiça juvenil atendendo a estas conclusões. A primeira questão, levantada por Maroney (2011), releva a afirmação de que a neurociência sobre o cérebro do adolescente não pode, e não deve, alguma vez, constituir o argumento central para a implementação de uma reforma judicial. Associa-se este posicionamento ao defendido por Buss (2009) que salienta que não é por se ter um conhecimento mais sofisticado sobre o desenvolvimento da criança e jovem que, só por si, se consegue dar a resposta a todas as questões legais emergentes pelo que tem de ser a lei a determinar não só a informação sobre a qual se edifica, mas também a definir qual o uso que dá ou deve ser dado à informação científica.

Nesta ordem de ideias, não é de estranhar a posição admitida por Laurence Steinberg (2012), um dos principais especialistas mais citado nas decisões do Supremo Tribunal de Justiça dos Estados Unidos da América que têm jovens por principais intervenientes ao referir que não se sabe ainda, de modo objetivo, se é uma coisa boa, uma coisa má ou ambas, a revelação sobre o cérebro do adolescente poder ter um nível de maturidade inferior ao que os cientistas pensavam, sabendo-se agora que se encontra ainda em plena fase de desenvolvimento. Está, pois, por concretizar qual o resultado desta evidência científica em todos os domínios da vida social. Assinala ainda Steinberg (2013), que apesar dos estudos comparativos entre o funcionamento e a estrutura do cérebro de adolescentes sujeitos a medidas judiciais com outros que estão fora do sistema de justiça, usar as neurociências para prever o comportamento individual é um processo diferente e muito mais complexo e difícil de conseguir fazer pelo que é necessário acautelar um conjunto de situações que possam conduzir a mudanças de políticas de justiça e segurança com efeitos imprevisíveis. Acima de tudo, como expõe Steinberg (2017), nas sociedades contemporâneas ainda não se sabe bem o que fazer com os jovens nestas idades (*“We have still not figured out what to do with people this age.”*) e a construção de pontes entre os mais diversos saberes científicos é uma exigência para a maior eficácia na tomada de decisão judicial.



5. A construção sociodigital da delinquência juvenil

Novas redes sociais, de convivialidade, reais e virtuais, e os mais variados equipamentos, tecnologias e realidades mediáticas ao nível da informação, entretenimento e comunicação marcam o quotidiano infanto-juvenil e revelam o aumento do envolvimento eletrónico nas vidas das crianças, jovens e famílias (Carvalho, 2018c). Os novos media tornaram-se instâncias de socialização fundamentais na infância e juventude e atualmente cresce-se no domínio da interatividade da comunicação, perante sistemas de múltiplos produtores e distribuidores que ultrapassam as fronteiras físicas emergindo os novos territórios virtuais. Estilos de vida difundem-se rapidamente pelo mundo inteiro, assumindo um carácter de universalidade, e as referências identitárias para a maioria das crianças e jovens constroem-se mediante padrões e lógicas de ação comuns, independentemente do ponto do planeta onde se encontram. Simultaneamente, as competências postas em jogo pelo recurso a estes meios vêm a ser adquiridas e desenvolvidas em idades cada vez mais baixas, numa perspetiva quase intuitiva onde cada vez mais se passa à condição de produtor, deixando de lado um mero posicionamento como recetor (Ponte e Vieira, 2008).

Mas não são apenas os mais novos que sofrem diretamente esta influência, também os mais velhos a veem repercutida nas interações que desenvolvem. Em contextos marcados por paradoxos, incertezas e riscos socialmente produzidos, as culturas de pares e dos meios digitais cruzam-se no universo familiar e novas tensões emergem nos relacionamentos entre pais e filhos. Questões ligadas à aquisição dos equipamentos, ao acesso a determinados conteúdos, aos espaços e tempos de utilização, à autonomia dos mais novos, às formas de acompanhamento, supervisão ou regulação parental e social e à perceção dos riscos na sua utilização estão no centro do debate público. São situações na origem de conflitos ou divergências no seio das famílias (Carvalho, 2018c).

Contudo, esta não é uma evolução linear. Em sociedades da informação como aquela em que vivemos, a construção da chamada *geração digital* não se desenvolve nem abrange todas as crianças da mesma maneira e acaba por se refletir também nas perceções de risco e (in)segurança que atravessam os seus quadros de vida, constituindo a origem social e o território onde vivem importantes fatores de diferenciação. A partir das culturas tradicionais da infância e juventude em espaços públicos, a intervenção tem agora necessariamente de atender aos conflitos e às relações de poder emergentes nos ambientes digitais e as crianças e jovens surgem como consumidores ativos e agentes económicos que mobilizam diversos nichos do mercado e de consumos tecnológicos.

Se é um facto que novas redes sociais, de convivialidade, reais e virtuais, e os mais variados equipamentos, tecnologias e realidades mediáticas ao nível da informação, entretenimento e comunicação marcam o quotidiano da infância e juventude, não menos importante é ter presente que esta evolução acontece num plano de desigualdades sociais que, naturalmente, se refletem no presente e no futuro das crianças e jovens e das suas famílias. Crianças e jovens não adquirem literacia digital natural ou automaticamente; não se nasce digital (Ponte, 2016). A sua pegada digital tende a começar antes da criança se tornar utilizadora ativa dos meios tecnológicos. O que fazem com os meios tecnológicos é influenciado pelas oportunidades que as plataformas e tecnologias oferecem num processo mediado pela família, pares, escola e

comunidade, indissociável de valores e normas, das condições sociais, do contexto nacional (infra-estruturas tecnológicas, sistema educativo e políticas públicas) e de tendências da indústria cultural transnacional (Simões et al, 2014; Ponte et al., 2018). Como demonstra a literatura científica, “o contexto social de acesso à internet marca as experiências de crianças e jovens na rede. Em particular, esse contexto marca as condições que lhes permitem tirar vantagens das oportunidades e as condições em que estão expostos a riscos” (Simões et al., 2014: 7).

No entanto, importa reafirmar que nem todos os riscos configuram danos. Em sociedades marcadas pela aversão ao risco (Gill, 2007), marcadas, tantas vezes, por uma distorcida hipervigilância parental que impede que crianças e jovens conheçam e saibam como lidar com os riscos que surgem nas suas vidas, riscos online mas não só, a importância de conhecimento de todos aqueles que atuam nesta área sobre os novos contornos da construção sociodigital da violência e delinquência exige uma permanente atualização de conhecimentos sobre as transformações nos espaços e processos de socialização de crianças e jovens na atualidade. Diversamente do que se passa noutros países da União Europeia, em Portugal as crianças e os jovens possuem mais competências digitais e um nível de literacia informacional tecnológico claramente superior ao dos adultos, o que se reflete no seio das relações familiares.

Como aponta UNICEF no relatório sobre a situação mundial da infância em 2017, um em cada três utilizadores da Internet no mundo é criança ou jovem e são os jovens, entre os 15-24 anos, a faixa mais conectada online, com uma média de 75% de presença em comparação com a média de 48% no total da população mundial. No entanto, este é um quadro marcado por desigualdades sociais e de género, que são perpetuadas e agravadas pela redução da capacidade de participação das crianças e jovens info-excluídos numa economia e mercado de trabalho cada vez mais digital. A título de exemplo, salienta-se que, no continente africano, o rácio de jovens não conectados (offline) é de três em cada cinco enquanto na Europa o mesmo rácio é de três em cada 75 (UNICEF, 2017).

As alterações concretas pela prevalência de formas de socialização que mudaram dos territórios físicos para os territórios virtuais, para os ambientes digitais, leva à transformação e reconfiguração das relações sociais, com especial enfoque nas relações familiares e entre pares (Ponte, 2012), das quais decorrem também novas formas de construção sociodigital da violência facilmente difundida e acessível em qualquer ponto do mundo junto de grupos sociais e públicos relativamente aos quais anteriores modelos de violência não chegavam (Carvalho, 2018a).

Em cada geração emergem modelos de violência que constituem referência para crianças e jovens; este não é um problema social novo. A mudança substancial está na forma como estes modelos são atualmente social e digitalmente construídos e disseminados em qualquer ponto do mundo, alargando-se significativamente o espectro de crianças e jovens a que chegam, longe, muitas das vezes, da adequada supervisão ou monitorização parental ou educativa.

Nos ambientes digitais configura-se uma panóplia de crimes contras crianças e jovens bem como práticas delinquentes tendo por autores crianças e jovens. Uma parte destas ações são

meramente transpostas do contexto físico (*offline*), público ou privado, para o contexto *online*, mantendo-se o mesmo tipo de atuação dinâmicas, agora com o recurso às tecnologias. Outra parte configura novos factos e categorias criminais baseadas em práticas que dependem exclusivamente do recurso a tecnologias. São complexos e de grande exigência técnica os desafios que, neste campo, se colocam à investigação criminal, jurisdição penal e jurisdição de família, crianças e jovens, que têm de evoluir conjuntamente, de forma cada vez mais articulada dada a natureza multidimensional destas situações.

Para prevenir estes problemas, é fundamental o conhecimento dos três ‘C’ que atravessam a construção sociodigital da violência e delinquência na infância e juventude (UNICEF, 2017):

- i) Conteúdos, pela exposição da criança ou jovem a conteúdos inapropriados e inadequados à sua condição e desenvolvimento;
- ii) Comunicação, pela participação em comunicação que coloca a criança ou jovem em perigo e/ou incita a que assuma comportamentos inadequados;
- iii) Condutas que a criança ou jovem desenvolve contribuindo para conteúdos, contactos e ações, em que se configura a prática de factos qualificados pela lei penal como crime contra pessoas ou propriedade ou organizações / Estado / sociedade, muitas das quais sem conhecimento da violação da norma e lei e visando sobretudo outras crianças e jovens.

Neste âmbito, são frequentes os casos daqueles em que se cruza a dupla condição de vítima e agressor, numa incessante troca de papéis difícil de averiguar. Porém, uma das maiores alterações prende-se com o facto de o potencial prejuízo económico da delinquência juvenil *online* ser significativamente superior ao da *offline*. O que, muitas vezes, começa por ser uma simples ‘brincadeira’ ao viciar-se regras de um videojogo, sob orientação de tutoriais facilmente acessíveis online não exigindo um conhecimento técnico específico, pode rapidamente escalar para outras práticas, como o *hacking*, atingindo pessoas, equipamentos e empresas a uma escala global, com elevados danos pessoais e materiais.

Capacitar crianças, jovens, famílias e comunidades no seu todo em matéria de segurança digital e educação para os media deve constituir, pois, uma prioridade. A formação dos profissionais nesta área é fundamental sendo um dos objetivos expressos no Plano de Ação Crianças e Crimes para 2019-2020 promovido pela Procuradoria-Geral da República, Gabinete de Cibercrime e Gabinete da Família, da Criança e do Jovem.

A nova realidade da delinquência juvenil *online* exige, a curto prazo, um aprofundamento da reflexão sobre a necessidade de repensar categorias, instrumentos e modelos de avaliação do perfil de crianças e jovens que chegam à justiça juvenil por forma a conseguir-se dar uma resposta mais eficaz aos inúmeros desafios emergentes. Dificilmente pode continuar a fazer sentido realizar a avaliação do perfil de risco de uma criança ou jovem sem recolher informação sobre os seus usos e consumos dos novos media e internet, instâncias fulcrais da socialização e através das quais podem ser acionadas oportunidades para a mudança.

Ao fechamento nos espaços privados das suas casas, em torno do uso das tecnologias, corresponde também o fechamento nos territórios de residência, mesmo que no espaço público, aliando-se em torno de equipamentos que acabam por ser partilhados localmente. Equipamentos e gadgets passaram a dominar o espaço escolar, apesar do disposto na regulamentação sobre o seu uso neste contexto. A intensa mobilidade geográfica que marcou a delinquência juvenil em Portugal na década de 1990, frequentemente associada a sucessivos furtos de viaturas, tem sido substituída gradualmente por um foco de maior interesse pelas redes sociais e equipamentos, em processos que não passam das fronteiras de certos territórios acabando, assim, longe dos olhares de autoridades e de outras comunidades. Esta menor mobilidade e deslocação pelo espaço público, pode estar associada a uma diminuição no número de ocorrências registadas pelas autoridades policiais com suspeitos nestes escalões etários. Diversamente da ‘aceleração’ que, a todos os níveis, marcava muita da delinquência juvenil no final do século XX, a fixação num lugar é agora uma das características passando a limitação territorial física a ser uma componente em parte das práticas oficialmente registadas.

Os novos riscos *online* e as relações entre vítimas e agressores refletem-se no aumento dos atos de cyberbullying envolvendo pares e cibercrimes, nos quais a criança é vítima de outros crimes (i.e., exploração sexual, violação de privacidade, extorsão, entre outros). Por outro lado, novas formas ou organização e disseminação de práticas delinquentes são atualmente realizadas por crianças e jovens nas redes sociais digitais, muitas das vezes sem plena consciência da ilicitude dos atos revelados uma vez que estão focados na afirmação da sua identidade digital. Novas formas de exclusão são geridas a partir da tomada de decisão sobre quem faz parte dos grupos fechados criados em plataformas de comunicação como o WhatsApp. Ora se pode fazer parte do grupo, ora se pode ser excluído, constituindo estes processos manifestações do poder de uns em relação a outros, por vezes associada a processos de humilhação amplamente difundidos junto de públicos mais alargados.

Outros constrangimentos à investigação criminal surgem em função da evolução intensa neste campo. A DarkNet ainda é um território desconhecido e oculto – embora difundido em todo o mundo e de fácil acesso –, e evidências de outros países europeus mostram como os jovens envolvidos em radicalização, extremismo violento e terrorismo tiveram este lado da DarkWeb como principal aliado (De Jongh et al., 2018; Salvan, 2018). Os modelos de extremismo violento e sua disseminação global, numa extraordinária facilidade de difusão de um discurso de ódio, influenciam a vida das crianças em todos os lugares, como é o caso que a seguir se apresenta reportado à realidade portuguesa. Depois de ser suspenso da escola do 1º ciclo do ensino básico na sequência de processo disciplinar instaurado por agredir violentamente os seus colegas, o rapaz de 12 anos, a frequentar o 3.º ano numa escola pública na Área metropolitana de Lisboa, fez um pedido de amizade no Facebook à professora da turma apresentando-se, na foto da sua página pessoal, vestido como terrorista do Estado Islâmico e com duas réplicas de armas de guerra entre os braços, armas de plástico mas que não estão propriamente à venda em lojas de brinquedos ficando por saber a sua origem. Essa foi a sua foto no Facebook por algum tempo e a família estava ciente disso, sem alguma vez ter tomado alguma ação para evitá-la (Carvalho, 2018a).



Constata-se que mesmo as crianças e jovens que não observam ou experienciam diretamente atos de extremismo violento e terrorismo nas comunidades de origem, deles têm conhecimento seja ouvindo ou vendo através de repetidas informações e imagens a que correntemente acedem, o que afeta as suas visões sobre o mundo, os problemas sociais, as suas expectativas e o seu desenvolvimento biopsicossocial (Carvalho, 2018a).

Os desafios da proteção infantil na DarkNet são vastos e em constante evolução, exigindo uma abordagem contextualizada. Os novos contornos da violência sexual *online*, num tempo em que a vivência da sexualidade por crianças e jovens vem a sofrer profundas alterações indissociáveis da evolução tecnológica e dos novos canais de expressão pessoal, serão dos mais complexos a par do tráfico de crianças. As novas ameaças globais que atravessam os ambientes digitais, quebrando barreiras físicas, levantam novas preocupações de segurança e o surgimento de uma ordem de justiça global que vai além das fronteiras de cada Estado, sendo imprescindível o aprofundamento da cooperação internacional para uma maior eficácia das respostas.

Em conclusão

Mais do que poder ser entendida estritamente como um caso de polícia ou de tribunal, a delinquência juvenil é, fundamentalmente, um problema social que diz respeito a toda a sociedade. Começa no modo como informalmente cada um, cada indivíduo, se posiciona e reage perante os outros e, de modo mais específico, relativamente a atos desta natureza e ao entendimento que tem sobre a infância e juventude. É no campo da prevenção que tudo se joga, numa intervenção que deseja necessariamente atempada e de sucesso e que se evitaria que, como demonstra a literatura científica, muitos casos chegassem aos Tribunais. Há que perceber que todo o investimento no campo da prevenção será pouco quando comparado com o que se terá de gastar em segurança caso o mesmo não seja anteriormente concretizado.

Em Portugal, apesar da evolução significativa no campo do Direito das Crianças e dos Jovens em pouco menos de duas décadas que importa ter presente, há ainda um longo caminho a percorrer para que se atinja este patamar de desenvolvimento. Revela-se fundamental promover oportunidades precoces para a participação cívica e democrática das crianças no sentido de uma construção coletiva de responsabilidade que vise a resolução conjunta de problemas (Rizzini et al., 2008).

Mas mais do que as nossas palavras é importante dar voz e ouvir os jovens envolvidos em conflito para compreender como os mesmos se posicionam na análise das suas trajetórias e encontram no conflito a resposta para a mudança. Foi esse um dos objetivos da equipa nacional do projeto PROMISE na realização de entrevistas a 26 jovens, com experiências no sistema de proteção, sistema de justiça juvenil ou em escolas de segunda oportunidade. No final do projeto, dois outros jovens, realizadores de cinema, foram desafiados a partir do conteúdo destas entrevistas para criar um documento audiovisual que desse corpo ao seu



olhar sobre as principais ideias transmitidas pelos entrevistados. Termina-se com a apresentação do texto criado exclusivamente com as suas frases e sobre as quais o guião do vídeo apresentado nestas Jornadas foi contruído.³ O vídeo é protagonizado por outros jovens, atores selecionados especificamente para substituírem os participantes no projeto, de forma a salvaguardar o seu anonimato e reserva da vida privada. Fica o convite à reflexão sobre a mensagem que transmitem.

RAPARIGA 1: *“Desde que nasci, sempre morei na mesma casa.”*

RAPAZ 1: *“Os meus amigos sempre foram os mesmos.”*

RAPAZ 2: *“As nossas brincadeiras sempre foram iguais.”*

RAPARIGA 2: *“Jogamos à bola juntos.”*

RAPARIGA 3: *“Falamos de rapazes.”*

RAPAZ 3: *“De raparigas.”*

RAPARIGA 4: *“As leis são as mesmas para todos, mas as regras são diferentes porque depende a quem se aplicam.”*

RAPAZ 4: *“Atualmente, eu acho que nos veem, à maior parte dos jovens, como delinquentes.”*

RAPARIGA 2: *“Se não é por sermos isto, é porque fazemos aquilo.”*

RAPARIGA 3: *“E qual é o problema em ser do bairro?”*

RAPAZ 4: *“Somos como as outras pessoas. Mas muitos discriminam por causa disso...”*

RAPARIGA 5: *“Uma rapariga não é aceite em certos trabalhos”*

RAPARIGA 4: *“«os rapazes só querem noite, não dão ouvidos a ninguém...». É mais difícil porque são vistos negativamente”*

RAPARIGA 2: *“Quando eu andava na escola, no 9º ano, não havia um dia, quase, em que eu não fosse mandada para a direção.”*

RAPAZ 5: *“Estava sempre a arranjar problemas.”*

RAPAZ 3: *“A primeira vez em frente a um juiz foi a pior.”*

RAPARIGA 3: *“O juiz não olha para nós como se fôssemos filhos dele.”*

³ O vídeo encontra-se disponível em: <https://vimeo.com/341964844>



RAPAZ 1: *“Somos só mais um que tem que ser castigado.”*

RAPARIGA 4: *“Mas como o juiz, há muitos. É quase toda a gente.”*

RAPAZ 4: *“Parece que basta um olhar e há logo uma caixa onde nos colocam, um rótulo.”*

RAPAZ 2: *“Eu acho que o que muitos, como eu, precisam é de uma oportunidade.”*

RAPARIGA 1: *“Um caminho.”*

RAPAZ 4: *“Outra hipótese.”*

RAPARIGA 1: *“Eu quero ser alguém.”*

RAPAZ 5: *“Se eu estivesse sozinho não me importava de ser um bandido. Todos os meus amigos estão na prisão. Mas não, eu tenho uma irmã...”*

RAPARIGA 5: *“Tenho uma mãe...”*

RAPAZ 1: *“Tenho uma avó.”*

RAPAZ 4: *“Eu disse aos meus pais, na altura, que queria tirar o 12º ano e queria continuar. Para isso tinha de me esforçar.”*

RAPARIGA 4: *“Não estou a dizer que vou tentar... estou a dizer que vou conseguir!”*

RAPAZ 2: *“Só preciso de alguém que não se importe com o meu passado...”*

RAPARIGA 3: *“...mas sim com o meu futuro.”*

RAPARIGA 1: *“Alguém que aconselhe, que pense comigo.”*

RAPAZ 3: *“Que me faça ver melhor a mim mesmo.”*

RAPARIGA 2: *“Às vezes, não percebes qual é a tua vocação até que alguém a reconhece em ti, primeiro.”*

RAPARIGA 3: *“Eu acho que uma das coisas que faz diferença na vida é termos alguém que acredita em nós, mais do que nós mesmos.”*

RAPAZ 1: *“E é bom saber que também podemos ser essa pessoa para alguém.”*



Apoio

Este texto tem origem em projeto de investigação da autora apoiado pela FCT – Fundação para a Ciência e Tecnologia através de Bolsa individual de Pós-Doutoramento (SFRH/BPD/116119/2016) com financiamento participado pelo Fundo Social Europeu, no âmbito do POCH – Programa Operacional do Capital Humano, e por fundos nacionais do MCTES – Ministério da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior.

Referências bibliográficas

Brito, N.H. & Noble, K.G. (2014). Socioeconomic status and structural brain development, *Frontiers in neuroscience*, 8, 276, 1-12.

Buss, E. (2009). *Rethinking the Connection Between Developmental Science and Juvenile Justice*, 76 U. CHI. L. REV. 493, 510 (2009).

Cartuyvels, Y. & Bailleau, F. (2014). “Juvenile justice in Europe: between continuity and changes”. In: Body-Gendrot, S.; Hough, M. ; Kerezszi, K.[et al.], *The Routledge Handbook of European Criminology*, Londo: Routledge, pp. 453-469.

Carvalho, M.J.L., (2018a). Critical Perspectives on Children’s Rights and Justice for Children, comunicação apresentada *Conference ‘Law and Citizenship Beyond the States’*, Research Committee of Sociology of Law from the International Sociological Association – Seção Temática Sociologia do Direito e da Justiça da Associação Portuguesa de Sociologia Annual Meeting, Disponível em:

https://docs.wixstatic.com/ugd/d7baa9_b6c4ca8ffd734453a67baa9b5b8399b7.pdf

Carvalho, M.J.L. (2018b). “(Re)Think Intervention in Juvenile Justice: ‘To the Eyes of Others We Are Always the Problem!’”, Webinar 3, FACT project – Fostering Alternative Care for Troubled Minors, funded by the REC programme of the European Union. Disponível em: <https://goo.gl/forms/ReR7hfjl4QcL2m3u1>

Carvalho, M.J.L., (2018c), “Crianças e Meios Eletrónicos em Territórios Socialmente Desfavorecidos: Um Olhar Sobre (Outros) Mundos da Infância”. In Ponte, C. (Coord.), *Boom Digital? Crianças (3-8 anos) e ecrãs*, Lisboa: ERC-Entidade Reguladora para a Comunicação Social, pp. 47-56

Carvalho, M.J.L. (2010). *Do Outro Lado da Cidade. Crianças, Socialização e Delinquência em Bairros de Realojamento*. Dissertação de Doutoramento em Sociologia, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. Disponível em: <http://run.unl.pt/handle/10362/6132>

Carvalho, M.J.L. & Salgueiro, A. (Eds.) (2018c). *Pensar o Acolhimento Residencial de Crianças e Jovens*, Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian.

Cloward, R. & Ohlin, L. (1970). “Differential opportunity structure”. In Marvin, W. & Ferracutti, E. (orgs.), *The Sociology of Crime and Delinquency*, New York, John Wiley Sons, pp. 300-318.

Cusson, Maurice (2006). *La Délinquance, une Vie Choisie: Entre Plaisir et Crime*. Collection: Droit et Criminologie, Ed. Hurtubise HMH.

DGS (2017), *Programa Nacional para a Saúde Mental*, Lisboa: Direção-Geral de Saúde, Ministério da Saúde.

De Jongh, L.A.; Garcia, N.; Jimenez, R.; Kordaczuk-Was, M.; Legaz Cervantes, F.; Moore, M. (2018). *Prevention of Juvenile Radicalisation. Manual for Professionals*, PRALT Project – The prevention of juvenile radicalisation: Promoting the Use of Alternatives to Detention through Judicial Training, Belgium : International Juvenile Justice Observatory.

Diogo, F. (2018). A pobreza infantil e o rendimento social de inserção em Portugal: o mesmo problema, tendências distintas. *Sociologia, Problemas e Práticas*, n.87, pp.71-86.

Duarte, V. & Carvalho, M.J.L. (2017). Female Delinquency in Portugal: What Girls Have to Say About Their Offending Behaviors, *Gender Issues*, 34(3), 258–274.

Duncan, G.K. & Magnuson, K. (2012). Socioeconomic status and cognitive functioning: moving from correlation to causation, *Wiley Interdisciplinary Review Cognitive Science* 3, 377–386.

Elias, N. (1993). *A Sociedade dos Indivíduos*, Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Elliot, D.S.; Wilson, W.J.; Huizinga, D.; Sampson, R.J.; Elliot, A. & Rankin, B. (1996). The effects of neighborhood disadvantage on adolescent development, *Journal of Research in Crime and Delinquency*, Vol. 33, nº 4, November, 389-426.

Farrington, D.; Loeber, R. & Howell, J. (2017). Increasing the Minimum Age for Adult Court, *Criminology & Public Policy*, 16(1), 83–92
Freitas, R.; Mendes, M.F.; Maciel A. (2017). Tem mais de 35 anos e tem apenas um filho? Se reside no Sul da Europa, saiba que probabilidade tem de não ter um segundo filho, *Population News, Trends and Attitudes*, n.º 3, October, pp. 1-2.

Freitas, R.; Mendes, M.F.; Maciel A. (2017). Tem mais de 35 anos e tem apenas um filho? Se reside no Sul da Europa, saiba que probabilidade tem de não ter um segundo filho, *Population News, Trends and Attitudes*, nº3, October, pp. 1-2.

Gavarini, L. (2006). “L’enfant et les déterminismes aujourd’hui: peut-on penser un sujet?”. In Sirota, R. (Ed.), *Éléments pour une Sociologie de l’Enfance*, Rennes, Presses Universitaires, pp. 93-102.

Gill, T. (2007). *No Fear. Growing Up in a Risk Averse Society*, London: Calouste Gulbenkian Foundation, United Kingdom Branch.



Goldson, B. & Muncie, J. (Eds.) (2015). *Youth Justice and Crime*. London: SAGE.

Goldstein, B. (2012). "Crossover Youth". The intersection of Child Welfare & Juvenile Justice. *Juvenile Justice Exchange*, Nov. 15, 2012, Disponível em: <http://bit.ly/1X9QwIW>

Herz, D.C., Ryan, J.P., & Bilchik, S. (2010). Challenges facing crossover youth: An examination of juvenile-justice decision making and recidivism. *Family Court Review*, 48(2), 305-321.

HLfPR- Howard League for Penal Reform (2016). Ending the criminalisation of children in residential care, Briefing One, London: HLfPR.

Imloul, S. (2008). *Enfants Bandits. La Violence des 3-13 Ans dans les Banlieues*, Paris: Éditions du Panama.

Kolivoski, K., Shook, J., Kim, K., & Goodkind, S. (2017). Placement Type Matters: Placement Experiences in Relation to Justice System Involvement among Child Welfare-Involved Youth and Young Adults, *Journal of Human Behavior in the Social Environment*, 27, 847-864.

Laub, J. & Sampson, R.J. (2006). *Shared Beginnings: Delinquent Boys to Age 70*, Cambridge, MA: Harvard University Press.

Loeber, R.; Farrington, D. & Petechuk, D. (2013), *From Juvenile Delinquency to Young Adult Offending*. Washington DC: US National Institute of Justice.

Lourenço, N. (2009). "Segurança, sentimento de Insegurança e Estado de Direito. O espectro axial da relação de direitos, liberdades e garantias dos poderes do Estado". In MAI (Org.), *Liberdade e Segurança*, Lisboa: Ministério da Administração Interna, pp. 81-92.

Matos, R.; Martins, F.; Carneiro, A.; Campos, L.; Ribeiro, L. & Negrão, M. (2018). *Young People with Paths of Psychosocial Risk and deviant Behaviour – Portugal*, National Report – Project PROMISE: Promoting Youth Involvement and Social Engagement: Opportunities and challenges for conflicted young people across Europe, Porto: Universidade Católica Portuguesa, Polo do Porto, May.

Maroney, T. (2011). *Emotional Regulation and Judicial Behavior*. California Law Review, Vol. 99, p.1481, Vanderbilt Public Law Research Paper Nº. 11-16.

Maroney, T. (2009). *The False Promise of Adolescent Brain Science in Juvenile Justice*, 85 NOTRE DAME L. REV. 89.

Mavronicola, N. (2016). *Background note. Protecting Human rights while Counter Terrorism: the Role of national Human Rights institutions*. Strasbourg: Office of the Council of Europe Commissioner for Human Rights e European Network of national human Rights Institutions. Disponível em: http://www.enhri.org/IMG/pdf/backgournd_note_-_counter-terrorism_event.pdf



McFarlane, K. (2017). Care-criminalisation: The involvement of children in out-of-home care in the New South Wales criminal justice system, *Australian & New Zealand Journal of Criminology*, 1-22.

Meysen T & Kelly L. (2018). Child protection systems between professional cooperation and trustful relationships: A comparison of professional practical and ethical dilemmas in England/Wales, Germany, Portugal, and Slovenia, *Child & Family Social Work*, 222-229.

Moignard, B. (2008). *L'École et la Rue: Fabriques de Délinquance, Recherches Comparatives en France et au Brésil*. Paris: PUF.

Noble, K.G. (2017). "Poverty and the adolescent brain". In: Balvin, N. & Banati, P. (Eds.). *The Adolescent Brain: A second window of opportunity - A compendium*, UNICEF Office of Research - Innocenti, Florence, pp 49-53.

Noble, K.G.; Houston, S.M.; Brito, N.H.; Bartsch, H.; Kan, E.; Kuperman, J.M. & Sowell, E.R. (2015). Family income, parental education and brain structure in children and adolescent, *Nature Neuroscience*, 18(5), 773-778.

Pappámikail, L. (2010). Juventude(s), autonomia e Sociologia, *Sociologia*, Vol. XX, 395-410.

Perry, B.D. (2004). *Maltreated Children: Experience, Brain Development, and the Next Generation*, W.W. Norton, New York.

Ponte, C.; Simões, J.A.; Batista, S.; Castro, T.S & Jorge, A. (2018). "Educando entre ecrãs". In ed. Martins, C. & Ponte, C. (Eds.), *Boom digital? Crianças (3 a 8 anos) e ecrãs*, Ponte, Lisboa: ERC - Entidade Reguladora para a Comunicação, pp. 35-46.

Ponte, Cristina. 2016. Um desafio dos tempos modernos: A Internet e as novas gerações. In Patrão, I & Sampaio, S. (Eds.), *Dependências Online. O poder das tecnologias*, pp. 1 – 19, Lisboa: Pactor.

Ponte, C. (2012). Em família com a internet? Acessos e usos dos media digitais em famílias portuguesas, *Educação On-line*, 11, 1-29.

Ponte, C. & Vieira, N. (2008). "Crianças e internet, riscos e oportunidades. Um desafio para a agenda de pesquisa nacional". In Martins, M. L. & Pinto, M. (Eds.), *Comunicação e Cidadania*, Braga, CECS, pp. 2732-2741.

PORDATA (2019). *Indicadores sobre População em Portugal*, PORDATA, Fundação Francisco Manuel dos Santos. Available at: <https://www.pordata.pt/Portugal>

Rapoport, D. (2016). The four waves of modern terrorism. In Rapoport, D. (Ed.), *Terrorism, Critical Concepts in Political Science*, pp.3-30, London: Routledge.



Sampson, R.J. (2012). *Great American City: Chicago and the Enduring Neighborhood Effect*. Chicago: Chicago University Press.

Sampson, R.J. & Groves, W.B. (1989). Community structure and crime: testing social-disorganization theory, *The American Journal of Sociology*, Vol. 94, nº4, January, 774-802.

Santos, B. de S. (1986) 'Social Crisis and the State', In Maxwell, Kenneth (ed.), *Portugal in the 80's: Dilemmas of Democratic Consolidation*. New York / Westport, CT / London: Greenwood Press, 167–195.

Sarmiento, M.J.; Fernandes, F. & Trevisan, G. (2014). The Economic Crisis in Portugal and Children's Rights to Non-Discrimination, *Teacher Education- Research Works*, Vilnius, 38-54.

Sarmiento, M.J. (2004). "Gerações e alteridade: interrogações a partir da Sociologia da Infância", comunicação apresentada no *V Congresso Português de Sociologia*, Braga: Universidade do Minho, 12-15 de Maio.

Salvan, N. (2018). "The Challenges of Child Protection on the Darknet". Comunicação apresentada no *World Congress Justice for Children, Strengthening Justice Systems for Children, Challenges including disengagement from violent extremist*, Paris: UNESCO House, 29th of May.

Seidman, & Keshavan, M.S. (2015). *Social Neuroscience: Brain, Mind, and Society*, Cambridge, MA: Harvard University Press, pp. 320–339.

Scott, E., Bonnie, R., Steinberg, L. (2016). Young Adulthood as a Transitional Legal Category: Science, Social Change, and Justice Policy, *Fordham Law Review* 85(2), 641-666.

Simões, J.A., Ponte, C., Ferreira, E., Doretto, J. & Azevedo, C. (2014) Crianças e Meios Digitais Móveis em Portugal: Resultados Nacionais do ProjetoNet Children Go Mobile, Lisboa, Centro Interdisciplinar de Ciências Sociais (CICS.NOVA - FCSH/NOVA), Departamento de Sociologia (DS), Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa.

Shen, F. (2013). *Legislating Neuroscience: The Case of Juvenile Justice*, 46 Loy. L.A. L. Rev. 985.

Singly, F. (2005). "Las formas de terminar y de no terminar la juventud". In S. Gaviria (Ed.), *Autonomia de la juventud en Europa*, Madrid, INJUVE, pp. 111-121.

Steinberg, L. (2017). Adolescent brain science and juvenile justice policymaking, *Psychology, Public Policy, and Law*, 23(4), 410-420.

Steinberg, L. (2013). *The Influence of Neuroscience on US Supreme Court Decisions About Adolescents' Criminal Culpability*, 14 NAT. REVIEWS NEUROSCIENCE 513, 518.

Steinberg, L. (2012). *Should the Science of Adolescent Brain Development Inform Public Policy?*, 28 ISSUES SCI. & TECH. 67, 78 (2012).



UMAR – União de Mulheres Alternativa e Resposta (2019). Estudo Nacional Violência no Namoro 2019. Disponível em:

http://www.umarfeminismos.org/images/stories/noticias/Estudo_Nacional_VN_2019_da_UMAR.pdf

Valente Rosa, M.J. & Mendes, M.F. (2014). Os sentidos da fecundidade em Portugal. In INE (Ed.) *Inquérito à Fecundidade 2013*, Lisboa: INE, pp. 95-103.

UNICEF (2017). *The State of the World's Children 2017: Children in a Digital World*. New York: UNICEF.

Vanhove, A. & Carvalho, M.J.L. (Eds.) (2018). *White Paper - Protecting Children's Rights and Keeping Society Safe: How to Strengthen Justice Systems for Children in Europe in the Counter-Terrorism Context?*, Brussels: International Juvenile Justice Observatory (IJJO). Disponível: https://www.oijj.org/sites/default/files/white_paper_sjjs_en.pdf / *Livre Blanc – Proteger les Droits des Enafnts et Assurer da Sécurité de L'État: Comment renforcer les systèmes de justice juvenile dans le contexte de la lutte contre le terrorisme?*: https://www.oijj.org/sites/default/files/fr_livre_blanc_str.pdf

Vieira, M.M.; Ferreira, V.S. & Rowland, J. (2015). Retrato da juventude em Portugal: traços e tendências nos censos de 2001 e 2011, *Revista de Estudos Demográficos*, 54, INE-Instituto Nacional de Estatística, pp. 5-25.

Wacquant, L. (2009). *Punishing the Poor: The Neoliberal Government of Social Insecurity*. Durham, NC: Duke University Press.

Wacquant, L.(2007). *Parias Urbains: Ghetto, Banlieues, État*, Paris, Éditions La Découverte.

Wall, K.; Almeida, A.N. de; Vieira, M.M.; Cunha, V.; Rodrigues, L.; Coelho, F.; Leitão, M. & Atalaia, S. (2015). *Impactos da Crise nas Crianças Portuguesas: Indicadores, Políticas, Representações*, Vol. 2, Lisboa: ICS, Imprensa de Ciências Sociais.

Wright, E.; Spohn, R.; Chenane, J. & Juliano, N. (2017). The importance of interagency collaboration for crossover youth: A research note, *Youth Violence and Juvenile Justice*,15(4),481-491.

Young, D.; Bilanin, J.; Ho, A. (2015). *Traversing Two Systems: An Assessment of Crossover Youth in Maryland*, Maryland, U.S. Department of Justice.

Vídeo da apresentação



➔ <https://educast.fccn.pt/vod/clips/1q40a7h40m/streaming.html?locale=pt>